

Na primeira palestra de quinta-feira (19/09), o desembargador federal Abel Gomes discorreu sobre a evolução dos grupos criminosos em diferentes países, até abordar o estágio atual das organizações criminosas no cenário brasileiro. Abel citou características comuns na estrutura da criminalidade organizada como a conexão com o poder público, a intimidação de magistrados e agentes públicos, e o esforço para legalizar irregularidades, entre outros. O desembargador alertou que o momento atual é delicado e exige prudência e serenidade das autoridades envolvidas no combate ao crime organizado.

O consultor de Segurança Filipe Rocha falou sobre segurança da informação e novas tecnologias. Filipe apontou para a necessidade de se desenvolverem técnicas mais efetivas para a coleta de informações e para o monitoramento de comunicação e do fluxo financeiro. Ele citou dispositivos modernos para invasão e coleta de dados, relatou como agências de inteligência atuam em outros países e alertou para a necessidade de as instituições fortalecerem as proteções internas. Por fim, indicou alguns cuidados importantes para evitar ataques de hackers.

Na parte da tarde, palestrou o coordenador da força-tarefa da Lava-Jato no Rio de Janeiro, o procurador da República Eduardo El Hage, acompanhado pelos colaboradores, ex-doleiros Claudio Fernando Barboza de Souza, conhecido como "Tony", e Vinicius Claret Vieira Barreto, o "Juca Bala". O procurador discorreu sobre os aspectos práticos da lavagem de dinheiro no Brasil e apresentou, junto com os colaboradores, características, operacionalidade e logística dos mercados paralelos de câmbio ilegal e organizações criminosas no país. Foram citadas operações notáveis como "Calicute", "Cambio, desligo" e "Hic Ec Ubique". Ao final, foram discutidas propostas para o combate da lavagem de dinheiro a partir do aprimoramento da legislação brasileira.

Na sexta-feira (20/09), segundo dia de evento, os promotores de Justiça Leonardo Romanelli e Frederico de Camargo, do MPSP, compartilharam a experiência do GAECO de São Paulo em casos de investigação criminal sobre a lavagem de dinheiro. De certa maneira desmistificando a ideia de que a lavagem de capital é um crime de investigação complexa, Frederico de Camargo demonstrou técnicas de cruzamentos de dados e caminhos relativamente simples que permitem comprovar a lavagem, condenar a organização criminosa e recuperar valores.

Na última palestra, o coordenador de Análise do Crime Organizado da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), João Paulo Lamas, falou sobre a criminalidade organizada e a segurança pública na visão da inteligência do Estado brasileiro. João Paulo contou casos de repercussão e apontou que desmantelar o crime organizado é uma pauta de interesse nacional, uma vez que essas organizações drenam as capacidades do Estado brasileiro, trazem grandes impactos socioeconômicos e interferem até na projeção de poder do Brasil no exterior. Também relatou que, como órgão de inteligência, a Abin apura a dimensão da ameaça, faz diagnóstico, assessoramento estratégico, entre outras atividades. Por fim, propôs desafios como estabelecer um pacto federativo de integração, que elimine as dificuldades para sistematização de dados em âmbito nacional.

O presidente do GNCOC, Alfredo Gaspar, fez o encerramento do segundo dia de palestras. "Esse tipo de encontro serve não apenas para conhecimento, mas principalmente para integração", comentou "Nós temos experiências maravilhosas, conhecimento pleno das realidades em cada estado pelos GAECOS, mas precisamos mais, uma integração muito maior entre os grupamentos. Isso só se faz através desses encontros, de uma acessibilidade maior de comunicação e compartilhamento daquilo que é produzido nos Estados", acrescentou.

Para encerrar os dois dias de encontro, a tarde de sexta-feira foi reservada para que os promotores e procuradores de Justiça se reunissem em grupos temáticos para discutir o combate às organizações criminosas. Na plenária, estiveram presentes Bernardo Albano, Coordenador do GAECO/MPAC; Ana Emanuela Meira, coordenadora do GAECO/MPBA; Arthur Pinto de Lemos Júnior, coordenador do CAO Criminal/MPSP; Augusto Sarmento, coordenador do GAECO/MPPA; e Elisa Fraga, coordenadora da CSI/MPRJ.

Os coordenadores dos grupos temáticos apresentaram as deliberações sobre os temas discutidos no encontro. Representando o MPRJ, a promotora de Justiça Elisa Fraga falou sobre a implantação de novas ferramentas e a necessidade de trabalho conjunto entre os Ministérios Públicos. "É importante uma atividade compartilhada entre os GAECOs e os setores de inteligência dos diversos Ministérios Públicos. Para a melhoria dos resultados finais, é fundamental a atuação conjunta desses grupos", disse.

Após as considerações finais, o GNCOC anunciou a data do próximo encontro, que será realizado nos dias 26 e 27 de março de 2020, no MPDF.